

TRÊS FUTUROS PARA OS SINDICATOS EM 2049

As alterações climáticas e a digitalização vão definir o século XXI, mas a capacidade da sociedade de determinar o futuro não deve ser subestimada. A forma como os movimentos sociais, tais como sindicatos, grupos empresariais e partidos políticos se adaptam a estas tendências será decisiva na construção do modelo social de meados do século XXI.

Pensar no mundo em 2049 implica imaginar a forma como a sociedade será influenciada pelas duas grandes tendências a longo prazo que presentemente, em 2019, preocupam os cidadãos: as alterações climáticas e a transformação digital da economia, que alguns designam de Quarta Revolução Industrial. À primeira vista, estas tendências parecem apresentar desafios distintos: o primeiro é externo e imposto pela natureza, ao passo que o segundo é interno e surge na sequência da reconfiguração dos nossos processos de produção. Nessa altura, poderemos então, por um lado, procurar soluções para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e, por outro, mitigar o impacto social da economia digital. Estranhamente, estes são vistos como desafios a enfrentar em simultâneo, mas de forma discreta, sem uma narrativa comum.¹

Porém, na raiz destes dois desafios temos a mesma realidade, nomeadamente, a industrialização – a causa original das alterações climáticas e o motor das sucessivas vagas de “revolução” nos padrões de produção. Por conseguinte, em ambos os casos, precisamos de responder a uma questão apenas: como transformar este modelo industrial para que gere riqueza (que riqueza? quanta?) sem destruir o ambiente e a coesão social? Isto porque ao longo de 200 anos de crescimento e desenvolvimento contínuos, este modelo nunca se revelou capaz de funcionar sem a extração e consumo maciços de recursos naturais e sem uma igualmente colossal geração de resíduos. Assim sendo, olhar para 2049 significa considerar o futuro do modelo industrial, incluindo a produção agrícola e o comércio internacional.

¹ Pochet, P. (2017). Concilier deux futurs. ETUI, Notes de prospectives, #3. Brussels.

O primeiro cenário é o caminho da dependência.² Por outras palavras, 2049 irá refletir o conjunto das decisões do passado – neste caso, fraca ambição climática, conflitos diplomáticos, influência decisiva dos lóbis industriais, agravar contínuo das desigualdades sociais, polarização, etc. Resumindo, em 2049, o atual modelo industrial continuará a imperar em todo o planeta, graças à fraqueza política (e muitas vezes cumplicidade) e à dimensão dos lucros em jogo, sem conseguirmos refrear as suas externalidades negativas, a não ser talvez marginalmente. O planeta irá gradualmente mergulhar no caos socio-climático, do qual apenas uma pequena minoria será poupada. Governos cada vez mais autoritários darão prioridade à competitividade, mantendo sobretudo o modelo atual em nome dos poderes instalados. Este cenário poderá parecer completamente irracional, mas muitos “sonâmbulos”, recordando as causas da metáfora da Primeira Guerra Mundial, de Christopher Clark³, estão a trabalhar incansavelmente nesse sentido: classes políticas desprovidas de visão, lóbis instalados, governos pró-empresas dispostos

a pagar qualquer preço por um crescimento na ordem das décimas, investidores dispostos a tudo por retornos obscenos, multinacionais obcecadas com a maximização do valor acionista e a remuneração dos quadros executivos. Os sonâmbulos são negligentes, na melhor das hipóteses, criminosos, na pior.

Um segundo cenário consistiria na adaptação do modelo industrial aos desafios da luta contra as alterações climáticas, mantendo a coesão social. É o cenário ao qual foi dada a infeliz designação de “capitalismo verde”, ou melhor dizendo, eco-industrialismo social: uma combinação de produção industrial que gera lucro para os acionistas, ao mesmo tempo que respeita o ambiente e reforça a justiça social. Supostamente, estaremos à beira deste cenário por volta de 2020: produção sustentável, energias renováveis, reciclagem e uma economia circular. Porém, apesar de haver quase consenso, esta visão permanece improvável, uma vez que o modelo industrial ainda tem de provar que é capaz de conciliar estes três imperativos e tendo em conta também que os desequilíbrios foram quase sempre resolvidos a favor do lucro.

2 Pierson, P. (2000). Increasing Returns, Path Dependence, and the Study of Politics. *American Political Science Review*, 94(2), pp.251-267. doi:10.2307/2586011

3 Clark, C. (2012). *The Sleepwalkers: How Europe Went to War in 1914*. Penguin Ed.

A CRIAÇÃO DE
NOVAS ALIANÇAS
PODERIA
PERMITIR AOS
SINDICATOS
DESEMPENHAREM
UM PAPEL MAIS
IMPORTANTE
E REVITALIZADO
EM NOVAS ÁREAS:
BEM-ESTAR
COLETIVO, SAÚDE,
HABITAÇÃO

Presentemente, nem a energia solar ou eólica, nem os conceitos de desenvolvimento sustentável e economia circular conseguiram reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, que continuam a aumentar ao mesmo tempo que o PIB aumenta⁴. Os únicos períodos em que se assistiu a uma redução a nível mundial das emissões de gases com efeito de estufa foram os que ficaram marcados pela recessão económica: houve dois períodos assim desde 2000. É por esse motivo que este cenário se afigura presentemente improvável.

O terceiro cenário prevê o colapso do modelo industrial. Vários fatores poderiam despoletar esta situação: uma crise financeira sem precedentes e uma mudança económica irreversível à medida que se esgota o investimento; uma crise energética a nível mundial e um pico nos preços do petróleo que tornaria exorbitante o funcionamento das máquinas; períodos prolongados de desaceleração e crises políticas e sociais. O fim de um modelo que, com o aproximar da década de vinte do século XXI, se faria acompanhar pelo rápido desenvolvimento de uma série de alternativas que já estão neste momento numa fase embrionária: o regresso das cooperativas de produtores, os bens comuns, a democracia energética e divisas locais e a divulgação de modelos *open-source* e *peer-to-peer*, substituindo oligopólios tecnológicos que surgiram na viragem do século XXI.

Perante os cenários acima expostos, o que reserva o futuro para os sindicatos em 2049? Para responder a esta questão, primeiro temos de olhar para o modelo industrial no qual assentam os sindicatos. O seu futuro depende do futuro deste modelo. Porém, nos três cenários analisados, os sindicatos têm uma série de possibilidades.

A primeira – e a mais negra, do ponto de vista de um sindicato

4 International Energy Agency (2017). *Global Energy & CO₂ Status Report 2017*. Disponível em <www.iaea.org/geco/>

– seria o simples desaparecimento dos sindicatos. Numa sociedade cada vez mais polarizada, os seus membros e legitimidade enquanto partes interessadas representativas poderiam perder-se num mundo laboral profundamente diferente e inseguro. Em alternativa, os sindicatos poderiam tornar-se cúmplices involuntários num modelo destrutivo dependente de formas cada vez mais autoritárias de governo com vista a manter o crescimento.

A segunda veria o seu papel paradoxalmente reforçado pela necessidade, em nome da manutenção da paz social, de dissipar preocupações com o “fim do mês” e o “fim do mundo”, tal como referido nos protestos de 2018 e 2019 dos coletes amarelos em França. Este cenário, que requer a construção de novas alianças, não é fácil, uma vez que envolve a conciliação de imperativos sociais (postos de trabalho, condições de trabalho, poder de compra, coesão social e territorial), imperativos climáticos (redução das emissões de gases com efeito de estufa, adaptação às alterações climáticas, proteção de condições meteorológicas extremas) e imperativos industriais (transformação de processos de produção, redução do uso de recursos naturais, redução do transporte de mercadorias, aumento da reciclagem e

moderação do consumo). É viável? É possível adaptar o modelo industrial às limitações sociais e ambientais ao seu desenvolvimento? Em teoria, sim. Não existem obstáculos estruturais. Mas a grande dificuldade com este cenário consiste em persuadir as elites políticas, financeiras e económicas a nível mundial, para quem isto representaria uma mudança de paradigma. Para alcançar este objectivo, seriam necessários ambientalistas, uma aliança forte de partes interessadas socioeconómicas e cidadãos capazes de traçar um rumo e tirar partido da sua força. Perder esta batalha significaria a vitória do cenário anterior.

Na terceira opção, o colapso do modelo industrial, assistir-se-ia à substituição dos sindicatos por novas formas mais flexíveis e *ad hoc* de organização social (novos grupos de cidadãos, por exemplo), ou a uma gestão com vista a adaptar as suas estruturas a um mundo mais participativo, mais local, mais coletivo. A criação de novas alianças poderia permitir aos sindicatos desempenharem um papel mais importante e revitalizado em novas áreas: bem-estar coletivo, saúde, novas formas de segurança social, habitação, formação. Este mundo aproxima-se do ideal cooperativo. A produção seria reorganizada com base no modelo dos bens comuns, de

forma sustentável e democrática: sistemas abertos, recursos partilhados e geridos pela comunidade que define as suas regras de governação. Este já não seria o modelo das grandes multinacionais e respetivas subsidiárias, mas sim de unidades mais pequenas que se organizam a elas próprias em redes no espírito do grupo basco Mondragon.

Estas três opções refletem o mesmo conjunto de alternativas sugeridas pelo economista Albert Hirschmann: a escolha entre a lealdade, a voz ou a saída.⁵ Lealdade dos sindicatos para com um modelo industrial sonâmbulo que poderá resultar na derrota, ou pior, na corrupção. Ou um movimento vocal (voz) mais amplo, revigorado para orientar e acelerar a mudança rumo a um novo modelo eco-industrial com uma forte dimensão social. Com a saída, por fim, assistir-se-ia, de uma vez por todas, à dissolução da aliança entre industrialização e sindicalismo, transformando o movimento sindicalista – ou convertendo-o – noutras formas de organização coletiva, num modelo económico pós-industrial ainda por inventar.



CHRISTOPHE DEGRYSE

diretor da *Foresight Unit* do Instituto Europeu de Sindicatos.

⁵ Hirschmann, A. (1970). *Exit, Voice, and Loyalty: Responses to Decline in Firms, Organizations, and States*. Cambridge, MA: Harvard University Press. ISBN 0-674-27660-